

SUMÁRIO

FICHA TÉCNICA	2
EDITORIAL	
Um breve balanço a 2012.....	3
DESTAQUE	
CNA e Agricultores frente à Assembleia da República contra a aprovação do Orçamento de Estado para 2013	4-5
NOTÍCIAS	
Orçamento de Estado para 2013 é de tortura para os Agricultores e para o País!	6
Más perspectivas orçamentais da UE ameaçam sector Agro-Rural Português.....	6
Jornada Descentralizada de Reclamação e Protesto em várias regiões do País	7
CNA participa no protesto “Nem Merkel, nem Tróikas”	7
Produtores de leite e carne reclamam medidas para salvar explorações	8
RURALENTEJO promoveu 16º Encontro de Agricultura Familiar Alentejana	8
CADERNO TÉCNICO	
Inovação e Empreendedorismo em Meio Rural	9-24
NOTÍCIAS	
Órgãos Gestores de Baldios do Norte alertam para situação das Áreas Comunitárias	25
OPINIÃO	
Contradições governamentais, ou talvez não!.....	26
INTERNACIONAL	
PAC - Pagamentos Directos	28
Representação Permanente da CNA em Bruxelas realiza debate sobre reforma da PAC pós 2013	29
PLATAFORMA TRANSGÉNICOS FORA	
Cuidado com as rações!	30



A CNA está filiada na
Coordenadora Europeia
Via Campesina



CNA

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Edição

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

Morada

Rua do Brasil, n.º 155 – 3030-175 COIMBRA
Tel.: 239 708 960 – Fax: 239 715 370
E-mail: cna@cna.pt
URL: www.cna.pt

Delegação em Lisboa

Rua Jardim do Tabaco, 90 1.º - Dtº
1100-288 LISBOA
Tel.: 213 867 335 – Fax: 213 867 336
E-mail: cna.lisboa@cna.pt

Delegação em Vila Real

Rua Marechal Teixeira Rebelo,
Prédio dos Quinchosos, Lt. T, Apart. 158
5000-525 VILA REAL
Tel.: 259 348 151 – Fax: 259 348 153
E-mail: cnavreal@sapo.pt

Delegação em Évora

Rua 5 de Outubro, 75 – 7000-854 ÉVORA
Tel.: 266 707 317 – Fax: 266 707 317
E-mail: ruralentejo@sapo.pt

Delegação em Bruxelas

Bd Louis Schmidt 119 bte 2 – 1070 BRUXELAS
Tel.: 0032 27438200 – Fax: 0032 27368251

Título

Voz da Terra

Director

João Dinis

Coordenadora Executiva

Adélia Vilas Boas

Fotos

Arquivo da CNA

Colaboradores neste número

Alfredo Campos, José Miguel Pacheco, Pedro Santos

Redactores da Separata “Caderno Técnico”

Gabinete Técnico da CNA

Composição/Paginação do “Caderno Técnico”

Adélia Vilas Boas

Periodicidade

Trimestral

Tiragem

10 000 exemplares

Depósito Legal

N.º 117923/97

Registo de Publicação ICS

123631

Composição, Fotolitos e Impressão

AT-Loja Gráfica, Lda. – Porto

Os textos assinados
são da responsabilidade dos autores

UM BREVE BALANÇO A 2012

Num primeiro balanço a 2012, pode dizer-se que (para além da seca) fica muito marcado pelas más consequências do programa de desastre nacional do Governo e das Tróikas.

As políticas agrícolas e de mercados continuaram a acumular problemas em cima de problemas, mormente para a Agricultura Familiar, para Produções “nucleares” como a dos Cereais (alguma excepção ao Milho), da Carne e Leite (Pecuária – Sanidade Animal), do Vinho e também da Floresta (doenças e pragas).

Ao mesmo tempo, os violentos cortes orçamentais e a redução de Serviços Públicos de proximidade; o aumento generalizado de impostos; a especulação reinante no Sector Financeiro, no comércio de Combustíveis e de outros Factores de Produção; a “ditadura” monopolista dos Hipermercados; tudo se combinou para agravar as condições de vida e de trabalho nos campos (e cidades) do nosso País.

O grosso das Ajudas Públicas destinadas à Agricultura continuou a ir parar ao bolso dos grandes proprietários absentistas e do grande agro-negócio. A Agricultura Familiar não beneficiou de qualquer medida governamental, específica, para acudir às dificuldades.

Mesmo a propagandeada, pelo Governo, instalação de Jovens Agricultores carece de ser “radiografada” para sabermos melhor quem são esses Jovens Agricultores, que fazem (produzem) eles de facto e que perspectivas reais têm para o futuro...

MAIS CORTES ORÇAMENTAIS VIOLENTOS... MAIS PROBLEMAS !

Para 2013 já se conhece o Orçamento de Estado. Com mais cortes orçamentais, PRODER incluído. Com o aumento brutal dos impostos. Com a redução acentuada do poder de compra da População. Com a contracção cada vez maior do mercado interno. Com reflexos destrutivos na Produção Nacional Agro-Alimentar mais tradicional e de proximidade. É um Orçamento de Estado de ruína e de fome que é necessário continuar a combater.

E as propostas para o Orçamento da PAC - Política Agrícola Comum, para 2014-2020, também são – sempre – no sentido de cortes brutais nos apoios financeiros à Agricultura Familiar e ao Mundo Rural Português.

Portanto, é com grande preocupação que olhamos para o futuro próximo. Mas também é com firmeza que reclamamos ao Governo e demais Órgãos de Soberania que invertam as más decisões e tendências que vêm sendo tomadas, em Portugal e na União Europeia.

Estamos crentes em que, com a continuidade da luta da CNA e Filiadas – *Sempre com os Agricultores* – tudo isto é passível de ser alterado para melhor, e disso mesmo dá testemunho prévio o “Plano de Actividades da CNA para 2013”, ano em que a nossa Confederação Nacional da Agricultura vai completar 35 Anos!

Portanto, vamos continuar unidos e em acção!

O Executivo da Direcção Nacional da CNA



CNA e Agricultores em protesto frente à Assembleia da República contra a aprovação do Orçamento de Estado para 2013



A 27 de Novembro, uma delegação da CNA voltou a protestar, frente à Assembleia da República, contra a aprovação do Orçamento de Estado para 2013 (OE 2013) imposto pelo Governo e pelas Tróikas.

A CNA reafirma que o OE 2013, que nesse dia foi aprovado pela maioria dos partidos do Governo, é “de ruína, de fome e de tortura” para os Agricultores e para o País. Porque corta nos apoios em tudo aquilo – Serviços Públicos – de que mais precisamos para viver e para trabalhar,



enquanto nos aumenta, brutalmente, os impostos.

Na mesma manhã de 27 de Novembro, também em frente à Assembleia da República, manifestaram-se milhares de pessoas que responderam à convocatória do Movimento Sindical ligado à CGTP. Momento de convergência. Afinal, aos Agricultores e aos (outros) Trabalhadores convém defender: - os Serviços Públicos de qualidade e acessíveis; a melhoria dos salários, pensões, reformas e a melhoria do nível geral de rendimentos.





Se recuperarem poder de compra, os trabalhadores e os pensionistas poderão comprar mais facilmente a boa produção agro-alimentar das Explorações Agrícolas Familiares e poder-se-ão alimentar melhor; com escoamento, a melhores preços, da produção agro-alimentar no mercado interno, os pequenos e médios Agricultores poderão melhorar os seus rendimentos... Convergência que se assinala e se prevê que venha a repetir-se.

Afinal, a (quase) todos interessa interromper o programa de desastre nacional do Governo e das Tróikas de que este Orçamento de Estado para 2013 é mais uma importante peça.



A CNA – *Sempre com os Agricultores* – tem lutado firmemente contra este Orçamento de Estado para 2013 e contra o programa de desastre nacional do Governo e das Tróikas.

Recorde-se que a 31 de Outubro, data em que a proposta de OE 2013 foi aprovada (na generalidade) em Plenário, delegações regionais de Agricultores, enquadrados pela CNA e suas Filiadas, protestaram frente à Assembleia da República demonstrando a sua rejeição e o grande descontentamento perante a ameaça de tortura financeira, económica e social contida no Orçamento de Estado para 2013.



Orçamento de Estado para 2013 é de tortura para os Agricultores e para o País!

Tal como a CNA salientou desde cedo, o Orçamento de Estado para 2013 – do Governo e das Tróikas – é “de tortura” para os Agricultores e o País. E porquê?

- Porque impõe um aumento brutal da generalidade dos impostos, o que também vai provocar o aumento dos preços (já hoje especulativos) dos combustíveis, da electricidade e de outros Factores de Produção;

- Porque impõe grandes e inadmissíveis cortes nos apoios públicos destinados à Agricultura e ao Mundo Rural, cortes que se concentram no PRODER, nas ajudas à Sanidade Animal e às OPP, nos Seguros Agrícolas, cortes no investimento em Regadios Públicos;

- Porque impõe grandes cortes na Saúde, na Educação e nos Serviços Públicos em geral;

- Porque, inclusivamente, ameaça com o “banco de terras” e com o plantio indiscriminado do eucalipto para, também dessa forma, satisfazer a gula das celulosas;

- Porque vai provocar novas baixas do poder de compra da População, o que vai agravar a falta de escoamento e os baixos preços à Produção Nacional mais virada para o Consumo Interno.

É, pois, necessário lutar contra a aplicação deste Orçamento de Estado – do Governo e das Tróikas – para 2013!

É necessário lutar por outras políticas agrícolas e orçamentais!



Más perspectivas orçamentais da UE para 2014-2020 ameaçam seriamente o sector Agro-Rural Português

A proposta de Orçamento Plurianual da União Europeia, para o período de 2014 a 2020, encontra-se em processo de discussão pelos “líderes europeus”.

Para além dos anunciados cortes orçamentais na generalidade dos “fundos de coesão e convergência”, a proposta prevê um grande corte (menos 25,5 mil milhões de euros) no Orçamento Comunitário para a PAC durante os sete anos em que é suposto vigorar, comparativamente com idêntico período que termina em 2013.

“Só” no âmbito da PAC, Portugal poderá perder cerca de 1,5 mil milhões de euros, o que seria mais do que desastroso!

Em primeiro lugar, compete ao Governo Português e também ao Presidente da

República não aceitarem, sob pretexto algum, a aprovação destes cortes brutais!

Entretanto, a CNA alerta desde já para a “tentação” do Governo Português vir a ceder nos cortes a aplicar ao próximo programa de desenvolvimento rural, porque a maioria das respectivas medidas exige co-financiamento do Orçamento de Estado Nacional. Em alternativa, a CNA propõe e reclama a “modulação” das ajudas Públicas da PAC (a redução progressiva por escalões) e o seu “plafonamento” (imposição de tectos ou limites máximos por Agricultor/Exploração) com redistribuição de verbas em favor das Explorações Agrícolas Familiares, das Produções Tradicionais/Regionais e do Mundo Rural.

Jornada Nacional Descentralizada de Reclamação e Protesto decorreu em várias regiões do País

A CNA e Filiadas – *Sempre com os Agricultores* – promoveram, durante os meses de Novembro e Dezembro, uma Jornada Nacional Descentralizada de Reclamação e Protesto em várias regiões do País, com o objectivo de contactar Agricultores e Opinião Pública em geral, reclamar medidas de apoio para Agricultura Familiar e protestar contra a grave situação que o País atravessa.

Esta Jornada centrou a sua luta contra o programa de desastre nacional das Tróikas e do Governo, nomeadamente contra a aprovação e aplicação do Orçamento de Estado para 2013, orçamento que contém medidas “de tortura” para os Agricultores e para o País.

Nas diversas iniciativas que se realizaram (desde encontros e reuniões de Agricultores, protestos e distribuição de documentos em feiras e mercados tradicionais), contestou-se também a proposta de reforma da PAC – Política Agrícola Comum, para o período 2014-2020, uma proposta que continua em debate na União Europeia e que é má para a Agricultura Familiar, para o Mundo Rural e para o nosso País.



Ministra da da Agricultura recebida com protestos em Ponte de Sôr

No âmbito desta jornada, a ADERAVIS promoveu uma concentração no dia 21 de Novembro, por ocasião da visita da Ministra da Agricultura a Ponte de Sôr, em protesto contra a aplicação dos 6% de IVA à Agricultura Familiar e em defesa dos serviços públicos e da não extinção de Freguesias. Membros da ADERAVIS entregaram à Ministra da Agricultura um documento com alguns dos principais anseios e problemas que preocupam os Agricultores.

CNA participa no protesto “Nem Merkel, nem Tróikas”



No dia 12 de Novembro, data em que a chanceler alemã Angela Merkel fez uma visita a Portugal, uma delegação da CNA participou, em Lisboa, na iniciativa de protesto “Nem Merkel, nem Tróikas”.

O protesto iniciou-se com uma concentração na Praça Luís de Camões e seguiu depois até junto da Assembleia da República.

A delegação da CNA acompanhou todo o percurso, empunhando uma faixa onde se podia ler: “Por melhores políticas agro-rurais. Contra o programa de desastre e de fome das Tróikas e do Governo”.

Produtores de leite e carne reclamam medidas para salvar explorações

Produtores de leite e carne de várias regiões do País, reunidos em Aveiro, a 8 de Dezembro, no III Encontro promovido pela APLC – Associação Nacional de Produtores de Leite e Carne, concluíram que é necessário e urgente tomar medidas para salvar as explorações e os produtores que ainda restam e evitar que Portugal gaste ainda mais dinheiro na importação de produtos que estamos em condições de produzir com qualidade.

Perante o quadro de dificuldades que o sector enfrenta, foi aprovada, no encontro, uma resolução com várias reclamações e

propostas para travar o declínio da actividade no nosso País.

Os produtores reclamam, entre outras medidas, a criação do Conselho Inter-Profissional da Produção Pecuária que funcione como mediador entre a produção, a transformação e a comercialização; a regulação efectiva dos mercados; a criação de condições efectivas para aumentar o preço do leite e da carne na produção, para valores compensadores; a manutenção do sistema de quotas de produção nacionais de leite, com uma justa distribuição pelos países produtores.

RURALENTEJO promoveu 16º Encontro da Agricultura Familiar Alentejana

A RURALENTEJO, em colaboração com a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Concelho de Montemor-o-Novo e a CNA, realizou o 16º Encontro da Agricultura Familiar Alentejana em Montemor-o-Novo, no dia 20 de Outubro. Cerca de 250 Agricultores e outros convidados participaram nesta iniciativa.

Nas comunicações e intervenções feitas durante o encontro, abordaram-se, entre outros assuntos, os problemas de sanidade e comercialização na agricul-

tura, o patenteamento de sementes e o monopólio das multinacionais nesta área, a campanha da “Slow Food”, o “Cabaz do Hortelão”, com exemplos de projectos em Avis e Évora, e o projecto de hortas comunitárias em Montemor-o-Novo.

João Vieira, Agricultor e Dirigente da CNA, interveio sobre o tema principal em debate – a Nova PAC 2014-2020 – salientando que a proposta de reforma da Política Agrícola Comum para o referido período continua a não dar o apoio devido à Agricultura Familiar.





Inovação e Empreendedorismo em Meio Rural

Pelo Gabinete Técnico da CNA

Introdução

O desenvolvimento, valorização e defesa de “um mundo rural vivo” têm sido, desde sempre, uma preocupação da CNA que ao longo dos anos tem chamado à atenção dos governantes, da opinião pública e dos agricultores para a promoção das zonas rurais do nosso país. Na definição das políticas agrorurais e dos instrumentos de apoio à agricultura e aos territórios rurais, a CNA tem apresentado propostas, realizado seminários e encontros de agricultores. É pois no contexto da divulgação dos instrumentos, sobretudo relacionados com a política de apoio e incentivos ao rejuvenescimento do tecido produtivo agrícola, que procuraremos desenvolver este artigo. Reportaremos a experiência de dois jovens agricultores, pois consi-

deramos que o seu testemunho pode servir a todos os que acreditam que vale a pena apostar na agricultura.

Inovação e empreendedorismo

O termo inovar poderá ser classificado nos dias de hoje como uma rentabilização de recursos existentes de forma a potenciar a competitividade.

Devido à cada vez maior concorrência de mercados quer nacionais quer internacionais, o termo inovação tem de ser encarado com grande respeito, de forma a poder ser uma arma essencial na potencialidade de determinado projeto.

Nos tempos actuais, não basta apenas ser tecnicamente bom profissional. Existe a necessidade de estarmos sempre actualizados a nível de mercados, quer nacionais

quer internacionais, de forma a potenciar o crescimento económico na sociedade.

Como em tudo, a inovação contém em si factores aleatórios e que poderão acarretar custos associados. Contudo a pesquisa junto dos consumidores, local onde queremos investir, bem como o *timing* de investimento deverão ser ferramentas primordiais para a eficácia do nosso investimento.

Empreendedorismo é o principal factor promotor do desenvolvimento económico e social de um país. A conciliação da inovação com o empreendedorismo poderá consistir em poder tornar um negócio sustentável, tendo em conta que são processos dinâmicos e que deverão sempre acompanhar as tendências de mercado.

Por vezes, associamos a inovação e empreendedorismo unicamente aos grandes países e suas grandes cidades. No entanto, o sector primário, nomeadamente a agricultura, aparecendo cada vez mais coligada ao turismo rural, é um forte exemplo de inovação e empreendedorismo fora dos grandes centros urbanos.

Devido à grave conjuntura económica vivida nestes últimos anos, têm sido tomadas políticas que têm levado à cada vez maior fuga das poucas pessoas exis-

tentes no mundo rural para os grandes centros urbanos e muitas vezes para outros países em busca de melhores condições de vida para si e seus descendentes.

Em Portugal, segundo dados recentes do INE, mais de 28% da população portuguesa residente em território continental encontra-se distribuída unicamente pela grande Lisboa. Sendo de momento o desemprego uma grande catástrofe a afectar cada vez mais o tecido urbano, o regresso à agricultura para muitos portugueses, ou mesmo o começo nesta área, poderá ser visto como fonte de empregabilidade e sustento.

Embora a agricultura nos centros urbanos cada vez mais se torne um “hobbie de fim-de-semana ou final de dia de trabalho”, que por sua vez acabará por constituir mais uma fonte de receita familiar, nos centros rurais poderá vir a ser encarada como principal fonte de riqueza familiar, e daí poder surgir como principal fonte financeira.

De forma a tornar o sector agrícola mais forte e concorrente com os mercados nacionais e internacionais o associativismo e cooperativismo deverão ser premissas de partida para o empreendedorismo.





Um agricultor deverá ser encarado como empresário, seja pequeno ou grande, agente promotor de rendimentos e empregabilidade, sendo que muitos pequenos juntos poderão ser tão ou mais poderosos que um grande sozinho.

Como fortes promotores de inovação, e por sua vez empreendedorismo rural, temos as entidades locais prestadoras de serviços aos agricultores, destacando-se associações, juntas de freguesia, casas do povo, câmaras municipais, entre outras.

Instrumentos de política

Em Portugal o principal instrumento de política de apoio à coesão económica e social é o QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional e os Programas Operacionais (PO) que o compõem. O QREN associa fundos estruturais comunitários tais como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER, o Fundo de Coesão – FC, o Fundo Social Europeu – FSE, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural – FEADER e o Fundo Europeu para a Pesca – FEP.

No que respeita ao Desenvolvimento Rural, o Plano Estratégico Nacional (PEN) define os respectivos objectivos e as orientações para a utilização do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural que financia os Planos de Desen-

volvimento Rural (PDR) aprovados pela Comissão Europeia.

Instrumentos Financeiros de desenvolvimento rural – o PRODER

O Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), dado que para os Açores é o PRORURAL e para a Madeira é o PRODERAM, é o instrumento de apoio para o período de programação 2007-2013.

Este Programa é co-financiado pelo FEADER em aproximadamente 3,5 mil milhões de euros e envolve uma despesa pública de mais de 4,4 mil milhões de euros.

O PRODER tem como principais objectivos estratégicos os seguintes:

- Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;
- Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

A figura 1 (página seguinte) traduz de forma esquemática a estrutura do PRODER. Esta segue a orientação de programação prevista no Regulamento (CE) Nº 1698/2005 do Conselho. A cada subprograma correspondem as medidas e respectivas acções e subacções.

Figura 1 - Arquitectura de programação do PDR



Balanço da execução do PRODER

A implementação deste programa teve um arranque atribulado. Inicialmente previsto para o período 2007-2013, não teve execução no ano de 2007 e em 2009 ainda havia medidas por legislar. O excesso de burocracia associada ao processo de concurso conduziu a taxas de reprovação altíssimas, o que desencadeou a necessidade de simplificação das medidas já implementadas e alterações em medidas que ainda não tinham passado à prática.

Entre avanços e recuos a consequência foi que durante quatro anos não houve apoio efectivo ao investimento na agricultura.

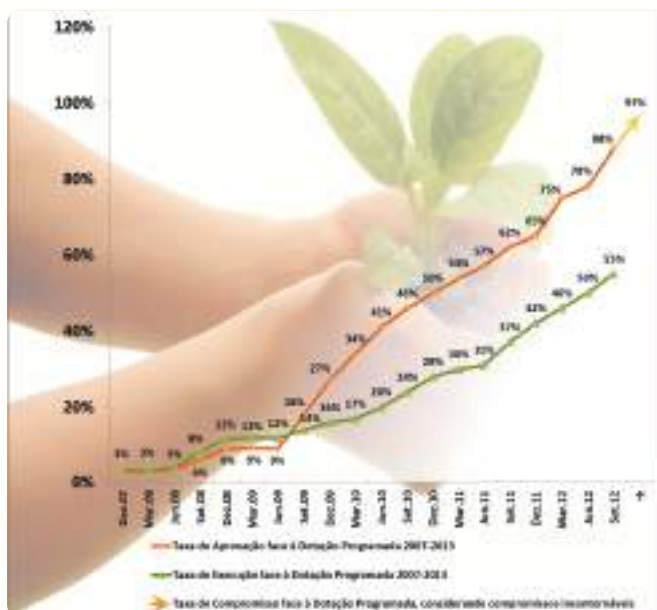
O programa foi considerado por muitos desajustado da realidade nacional e sobretudo desligado da agricultura familiar, deixando na prática de ser um programa de promoção do Desenvolvimento Rural. Esta apreciação tem suporte na constatação do peso financeiro excessivo do

eixo 1 (cerca de 45% do total dos eixos) cujo objectivo comum principal associado a todas as medidas deste programa é a competitividade.

Um outro exemplo da má programação realizada é que muitas medidas, assim que começaram a ser executadas, entraram em défice financeiro, como é o caso da modernização e capacitação das empresas, e as chamadas medidas Agro-ambientais cujo concurso está fechado desde 2011.

A situação actual da execução do programa apresenta, em termos financeiros e em algumas medidas, défices preocupantes, o que levou à necessidade de transferência de quase 300 milhões de euros entre medidas. Esta situação vai agravar-se dada a opção do Governo Português em diminuir a comparticipação nacional do programa, o que conduz à respectiva redução em 275 milhões de euros, que representam mais de metade do esforço que o Estado português tinha previsto para os anos de 2012 em diante.

Gráfico 1 - Evolução trimestral das taxas de aprovação e execução
Fonte: PRODER



Segundo o PRODER, este programa encerrou o terceiro trimestre de 2012 com uma taxa de aprovação de 88%.

Contudo, o PRODER apresenta uma taxa de execução abaixo do expectável representando 55% do total previsto, traduzindo-se em mais de 2,3 mil milhões de euros pagos aos beneficiários do programa.

Gráfico 2 - Taxa de execução vs taxa de realização dos subprogramas
Fonte: PRODER (dados reportados a 4 de Outubro de 2012)

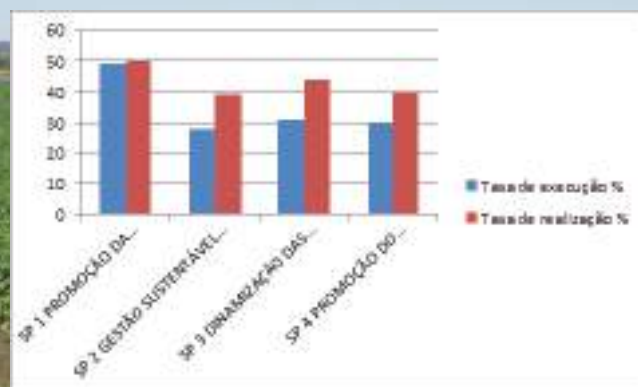
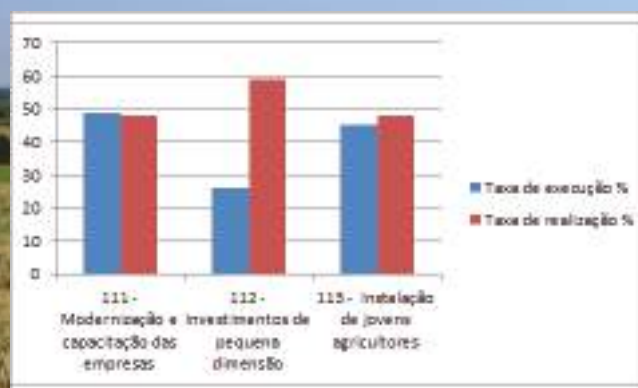


Gráfico 3 - Taxa de execução vs taxa de realização das subacções da acção Inovação e Desenvolvimento Empresarial
Fonte: PRODER (dados reportados a 4 de Outubro de 2012)





Balanço de medidas consideradas estruturantes para a agricultura nacional

Em termos de investimentos nas explorações agrícolas, o programa prevê as medidas de Modernização e Capacitação das Empresas (Medida 1.1.1), Apoio a Investimentos de Pequena Dimensão (Medida 1.1.2) e Apoio à Instalação de Jovens Agricultores (Medida 1.1.3).

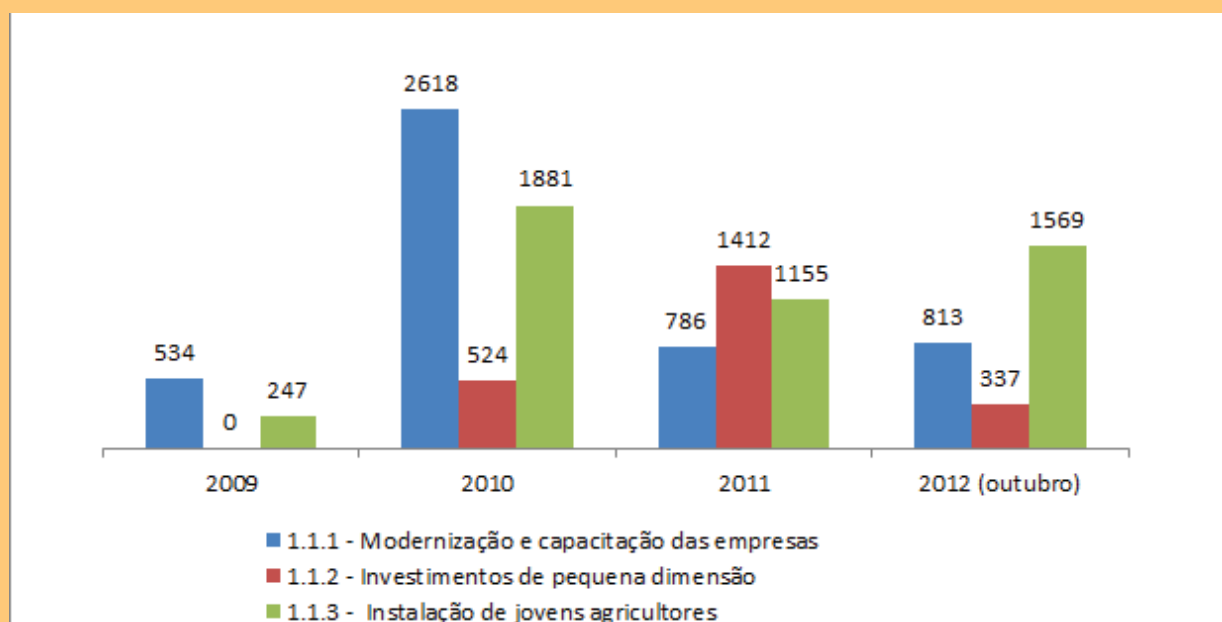
Em relação à medida da Modernização e Capacitação das Empresas e existindo como objectivo principal (e único) o da competitividade, todos os critérios de avaliação têm agregado este princípio deixando de fora outros, como sejam o emprego, que deveriam ter um peso muito mais significativo para a valorização do investimento nas explorações familiares.

À baixa taxa de comparticipação pública nos incentivos, em média cerca de 30%, do montante investido aliava-se ainda a discriminação positiva para os grandes investimentos, com níveis de comparticipação mais favoráveis (os projectos acima de 100 000 € tinham, no início do programa, uma taxa de comparticipação superior aos restantes). O resultado da medida foi este (contratação até 31 de Dezembro de 2010):

- Os projectos até 100 000 € representam 62% do total dos promotores mas apenas recebem 15% da despesa pública.
- No extremo oposto 4% dos promotores absorvem quase 40% da despesa pública contratada.
- Só dois grupos económicos absorvem quase 7% de toda a despesa pública contratada nesta medida.

Gráfico 4 - Evolução do n.º de projectos contratados da Medida 1.1 - Inovação e Desenvolvimento Empresarial (1.1.1; 1.1.2; 1.1.3)

Fonte: PRODER (dados reportados a 4 de Outubro de 2012)



Relativamente à medida dos pequenos investimentos é urgente proceder à sua reformulação. Da maneira como está qualquer exploração, independentemente da sua dimensão, pode candidatar-se. Importa por isso limitar a sua abrangência a explorações com o máximo de 7 UDE's.

Das três acções da Medida 1.1 vamos abordar especificamente a acção 1.1.3 por esta representar, neste momento, maior sucesso.

PRODER - Instalação de Jovens Agricultores

Como já anteriormente foi dito, o PRODER apoia o investimento nas explorações agrícolas e a instalação inicial de jovens agricultores através da acção 1.1.3 - "Instalação de Jovem Agricultor", que disponibiliza apoios financeiros aos investimentos feitos por jovens agricultores em actividades de produção, transformação e distribuição de produtos agrícolas e afins.

A instalação, se for bem sucedida, de jovens agricultores deverá contribuir para a melhoria geral da actividade, melhorar a economia dos meios rurais, criar novos empregos, induzir maior dinamismo empresarial baseado em novas competências, melhor adaptabilidade com melhorias na gestão, níveis de produtividade mais elevados e, consequentemente, maior capacidade competitiva.

A estrutura empresarial dos territórios rurais, reflectindo o envelhecimento da população em geral, continua envelhecida. A necessidade de continuar a manter e atrair recursos humanos para a actividade agrícola implica, assim, a continuação do regime de incentivo à instalação de jovens agricultores.

Podem beneficiar desta ajuda jovens agricultores, em regime de primeira instalação, situação em que o jovem agricultor assume formalmente pela primeira vez (a tempo completo ou a tempo parcial), a

gestão e titularidade de uma exploração agrícola. O jovem agricultor, à data da candidatura, deve satisfazer as seguintes condições:

- Ter idade compreendida entre os 18 e os 40 anos;
- Não ter obtido aprovação de quaisquer apoios ao investimento anterior à data de apresentação do pedido de apoio, e não ter recebido quaisquer ajudas à produção/actividade agrícola, excepto nos dois anos anteriores ao ano de apresentação do pedido de apoio;
- Possuir as competências profissionais adequadas, designadamente o aproveitamento na formação e estágio de iniciação, quando aplicável, ou habilitações equivalentes devidamente reconhecidas;
- Apresentar um plano empresarial para o desenvolvimento da sua actividade;
- Assumir o compromisso de exercício da actividade durante 5 anos e cumprir as normas comunitárias ou assegurar a adaptação às mesmas num prazo de 36 meses, a contar da data de instalação, quando houver necessidade de realizar investimentos para o seu cumprimento;
- Submeter-se a um processo de acompanhamento e avaliação.

Os candidatos devem apresentar um plano empresarial de desenvolvimento da exploração agrícola, onde devem ser justificados todos os investimentos apre-



sentados e demonstrada a sua relação com as actividades desenvolvidas ou a desenvolver, e que apresente viabilidade económica.

O plano empresarial deve revelar a capacidade do jovem agricultor para empreender, numa empresa agrícola, um conjunto de actividades que estejam de acordo com os seus recursos e que rentabilizem a sua actividade de empresário agrícola.

Inicialmente, esta medida possibilitava a apresentação de candidatura à primeira instalação, independentemente de haver ou não candidatura de apoio ao investimento.

Os apoios financeiros à instalação são entregues sob a forma de subsídio não reembolsável, ou seja a fundo perdido, e destinam-se a co-financiar os investimentos na actividade agrícola e incluem:

- Prémio de instalação, que corresponde a 40% do montante do investimento até ao valor máximo de 30 000 €, valor que poderá atingir 40 000€ consoante a instalação seja feita em nome individual ou através de uma empresa;

- Apoio financeiro até ao valor máximo entre 40% e 60% do investimento elegível

apurado, consoante a exploração agrícola se situe nas zonas desfavorecidas e nas restantes zonas, respectivamente.

O jovem agricultor recebe o prémio à instalação na totalidade após celebração do contrato de financiamento, mediante apresentação de um pedido de pagamento. O apoio ao investimento é pago mediante a apresentação dos respectivos pedidos de pagamentos relativos às despesas já por si realizadas, até ao limite máximo de quatro por projecto de investimento.

No caso de o jovem agricultor não respeitar o conjunto dos compromissos estabelecidos, nomeadamente os constantes do Plano de Instalação, será aplicada pela Autoridade de Gestão uma sanção proporcional à gravidade da desconformidade, que poderá implicar a devolução total das ajudas. A análise do cumprimento do plano de instalação será efectuada, o mais tardar, 5 anos após a decisão da candidatura.

Em caso de incumprimento do plano empresarial, o prémio à instalação pode ser reduzido ou mesmo devolvido, de forma proporcional ao grau de incumprimento detectado quando este for superior a 5%.

Situação Actual:

Mais de 680 milhões de euros de investimento aprovado

Globalmente, o PRODER já aprovou mais de 6.800 novos projectos de jovens agricultores (prémio + investimento), aos quais foi atribuído um apoio PRODER superior a 425 milhões de euros, alavancando um investimento total de mais de 680 milhões de euros.

Estes apoios à primeira instalação de jovens decorrem em sistema de *guichet* aberto, com novas regras desde 1 de Junho de 2011.

Do projecto à instalação – caso de dois Jovens Agricultores

Consideramos importante recolher a opinião de dois jovens agricultores recentemente instalados que optaram pelo método de produção mais sustentável. Ambos escolheram produzir Ervas / Plantas Aromáticas, em modo de produção Biológica, desde o Tomilho Bela-Luz, Erva Cidreira, Hortelã Pimenta, Lúcia-Lima, Tomilho Limão, entre outras.

Entrevista

1 – Quais as motivações que levaram a optar pelo modo de produção biológica e não pela agricultura convencional?

Alexandra: O facto de ter formação superior nesta área e o facto de desde muito cedo ter um gosto especial pela agricultura, talvez motivada pelo trabalho nesta área de alguns dos meus familiares. Em 2003/2004 comecei a apreender o conceito de agricultura biológica. No decorrer do curso tirado na Escola Superior Agrária de Coimbra este modo de produção começou a fazer cada vez

mais sentido na escolha a efectuar, em alternativa ao uso dos químicos, aumentando desta forma toda a biodiversidade envolvente, aumentando a qualidade dos produtos e talvez um escoamento mais valorizado. As ajudas existentes para o modo de produção biológico também tiveram algum peso nesta escolha, embora já não tenham sido aproveitadas pelo facto dos novos pedidos a esta medida se encontrarem fechados.

Jorge: Logo à partida não tinha opção de escolha, porque ervas aromáticas precisam de condições muito naturais, ou o mais natural possível, para se conseguir bons óleos essenciais. Precisam de boa exposição solar, boa temperatura. E não dava para fazer em estufas porque a rentabilidade do projeto não seria a melhor, muito pelo contrário. Utilizar uma forma de produção recorrendo a produtos a fim de melhorar as produções nunca esteve em nenhuma das minhas práticas – não sendo eu agricultor, sempre fiz as minhas coisinhas na terra, tudo o que fiz recorri sempre a métodos naturais, que agora toda a gente chama de biológico. Num projecto destes não tinha outra forma de ser. Escolhi ervas aromáticas porque sabia que ia fazer em modo biológico.



2 – Descreva-nos todo o processo até à instalação como Jovem Agricultor.

Alexandra: Inicialmente existiu a necessidade de investigar como é que funcionava o PRODER, em especial a ajuda aos jovens agricultores. Para isso foi necessário estudar toda a legislação envolvente de forma a saber tudo o que poderia ser elegível e não elegível neste projecto. De seguida, e de forma a ser ajudada na elaboração do projecto a considerar, procurei empresas especializadas na elaboração de projectos agrícolas. Na mesma empresa, frequentei uma formação de elaboração de projectos em empresas agrícolas. Inicialmente pensei em três diferentes áreas: horticultura biológica, plantas aromáticas e medicinais e produção de leite de burra. A escolha de plantas aromáticas deveu-se ao facto de estarmos a considerar um produto pouco depressível. Como tal, o contacto com agricultores já a trabalhar nesta área foi importante, assim como contactos de alguns fornecedores. Solicitei orçamentos proforma, inscrevi-me como agricultora numa associação, procedi à identificação de parcelas no sistema de identificação parcelar (ISIP) identificando também os respectivos polígonos de investimento.



Seguiram-se os cálculos de “Cash Flows”, onde a viabilidade do projecto foi avaliada a partir da empresa contratada para a elaboração deste projecto. Toda a componente técnica ficou a meu cargo, tais como pedidos de licenças para construções, entre outros. O projecto deu entrada na DRAP Centro em Agosto de 2011, tendo obtido aprovação no final de Novembro do mesmo ano. O processo de contratação demorou cerca de um mês e meio. Em Março de 2012 recebi o montante relativo ao prémio de instalação de jovem agricultora e a partir daqui começaram a ser efectuados os primeiros investimentos. Foram verificados diversos processos administrativos e burocráticos, tanto a montante como a jusante do projecto. Não foi fácil e por vezes fui induzida em erros por algumas entidades intervenientes de forma indirecta neste projecto. A nível do projecto propriamente dito foi tudo tratado pela empresa contratada para a elaboração do mesmo. Toda a parte de orçamentos ficou a meu cargo. A nível de financiamento/crédito verificaram-se também problemas, tanto em créditos usuais como em microcréditos.

Jorge: Tinha terrenos e queria rentabilizá-los. Pesquisei acerca do tipo de projecto que eu poderia fazer aqui. Queria fazer uma coisa que não alterasse a geografia do terreno, não queria uma instalação que chocasse. Inicialmente, pensei em fazer com animais - vacas autóctones - mas não tinha espaço. A área seria muito pequena, para o encabeçamento idealizado, o que não seria rentável. No máximo conseguiria 3 ou 4 animais. Mas era um projecto engraçado que eu queria, muito típico da zona, zona esta com bastante humidade - zona de lameiros. Seria fácil de implementar, não dando muito trabalho, apenas não teria viabilidade económica. Mais tarde, pensei em produção de kiwis, acabando também desistir. Depois encontrei o “Cantinho das Aromáticas” que fui ver, conhecer, e

onde comecei a amadurecer esta ideia. Misturo-me muito bem com os aromas e coisas das terras, e quando comecei a ver as plantas, a cheirar as plantas e a conhecer as plantas percebi logo que se tenho que fazer alguma coisa é nas ervas aromáticas. Felizmente, o projecto “Cantinho das Aromáticas” é biológico e foi mais um empurrão para me poder decidir. Como disse, a nível processual foi fácil, reuni todas as papeladas necessárias. Sendo proprietário também facilita as coisas. Quinze anos de docência permitiram guardar algum dinheiro, que para o arranque foi suficiente. Contratei uma empresa de consultoria que tratou de todo o processo. Já terminei os investimentos. Mas pedi prorrogação de mais um ano. O investimento global era de 109 mil euros, mas só foi aprovado 96 mil euros. Neste momento falta-me fazer o último pedido de pagamento. Comecei a plantação na Primavera de 2011, dois meses depois já tinha produto (colheita), o que é bom, ou seja é um produto rentável, dá para começar a amortizar o investimento. O ano de 2011 foi um ano agrícola muito bom para as aromáticas.

3 – Agora que se encontra instalado e já em produção, a comercialização constitui um problema acrescido? Pode-nos retratar essas preocupações?

Alexandra: Embora ainda esteja apenas numa fase inicial, a nível fiscal já estou identificada como empresária agrícola. As maiores preocupações centralizam-se essencialmente no escoamento do produto, que se está a manifestar mais complicado do que inicialmente previsto. A comercialização em pequenas quantidades torna-se de uma forma aparente de fácil escoamento a pequenos supermercados locais, lojas gourmet, instituições e escolas não sendo contudo escoamento expressivo que possa rentabilizar o negócio. Para a comercialização

em grandes quantidades ainda não existiu o contacto com grandes superfícies pois a produção ainda se encontra numa fase muito inicial e por isso demasiado baixa. A exportação poderá ser possível a partir de um agrupamento de produtores, onde o associativismo deverá ser um factor a ponderar.



Jorge: Tive alguma sorte, porque quando conheci Luís Alves (Cantinho das Aromáticas), juntamente com a possibilidade de produzir plantas, esteve sempre associada a possibilidade de fazer exportação com esta empresa. Quando avancei era já um pressuposto, já sabia que ia produzir e que tinha escoamento assegurado. Mesmo antes de plantar tive contacto com um importador francês que veio conhecer o espaço, as minhas condições e ficou muito satisfeito. Só compram em modo de produção biológico e têm uma ligação muito próxima com os produtores. Gostam de conhecer o espaço para perceber se há boas condições para produzir em biológico e se existe na envolvente agricultura convencional. No meu caso não tenho. Não existe um contrato compra e venda escrito, mas cria-se uma relação de parceria. Este mercado assusta um pouco, porque primeiro temos que produzir, e só depois é que dizem se querem comprar e quanto oferecem. Porque é sempre em função da qualidade do produto e em função das necessidades do mercado. Se não tiverem clientes não compram. As coisas são muito voláteis, mas não são assim tão voláteis. Eles

dão-nos uma indicação do que é que o mercado está à procura e o que é que faz falta. Durante um ano ou dois as coisas podem manter-se. Este tipo de instalação é feita para durar cerca de 10 a 12 anos. Por isso, não vou alterar o tipo de plantas nos próximos 10 anos. Mas dentro de 1 ano ou 2 não tenho garantias de mercado para o limonete, que é a minha principal produção, o que me deixa numa situação fragilizada. Eles comprem qualidade e cada vez mais se dão ao luxo de escolher o melhor produto, devido a tanta oferta. Podemos dizer que a oferta aumentou para 200%, se estivermos só a falar de Portugal. Neste momento é um elevado factor de risco para quem se vai instalar.

4 – Qual a estratégia que possui para ultrapassar eventuais estrangulamentos ao nível da concorrência, na produção e na comercialização?

Alexandra: Uma estratégia passaria pela criação de uma fileira com outros produtores. Esta organização entre produtores já se encontra em fase de desenvolvimento. Têm existido encontros de produtores com jornadas técnicas nesta



área. Existe também uma plataforma com a designação de “Empreendedorismo das plantas aromáticas”, onde é possível visualizar toda a organização desta fileira. Desta forma o associativismo torna-se uma estratégia de mercado. A comercialização passaria pela associação de vários agricultores, acabando de certa forma a concorrência entre eles na venda destes produtos. Por outro lado a venda local não estaria de todo descartada, de forma a promover a própria marca criada. É de salientar que a nível nacional poderá existir já um excesso de produção ou então uma falta de canais na colocação dos produtos à venda. A nível de exportação dá ideia que apenas existe a necessidade de compra a poucos agricultores mas com grandes produções, descartando um pouco a procura dos agrupamentos de produtores. A venda *online* está pensada, no entanto ainda não foi estruturado todo o funcionamento logístico. Uma estratégia a utilizar poderá ser a partir de sessões de provas de alimentos confeccionados com base em plantas produzidas de forma a incentivar a procura e consumo destas plantas. Neste momento estou a produzir tomilho limão, limonete, menta, lavanda, alecrim e bela-luz. Toda a certificação da produção em modo de produção biológico já se encontra efectuada, devido ao facto da certificação ser um pré-requisito deste projecto. O acompanhamento técnico de campo por parte da entidade certificadora foi efectuada no início da instalação das plantas.

Jorge: Passa por se fazer uma parceria entre agricultores, que já se está a tentar fazer, de modo a apresentar aos potenciais clientes como uma zona/região que tem capacidade de fornecer ao mercado um volume maior de produto. Porque isto é contraditório. De repente ninguém quer o produto, e depois com a mesma velocidade alguém vem pedir um carregamento muito grande de um determinado produto que um pequeno produtor não consegue

satisfazer. As grandes empresas preferem trabalhar com quem lhes forneça a quantidade toda, porque é mais fácil o controlo de qualidade, o negócio em si e toda a logística necessária. E isso era uma coisa que diziam quando iniciei, que eram preciso muitos produtores para fazer face às necessidades, à grande procura que existe, e que muitos negócios se tinham perdido porque os produtores não tinham capacidade para satisfazer o mercado. Actualmente o que nós vemos, e não sei exactamente por que razão, é que alguns produtores não conseguem escoar o produto sozinhos. Para além de França, há produtores que exportam para outros países: Alemanha, Holanda e também Inglaterra. O mercado interno é fraco porque o consumidor português não está habituado a gastar ervas aromáticas.

5 – Para terminar, que conselhos daria a um jovem agricultor que se pretenda instalar hoje na agricultura?

Alexandra: Numa primeira fase saber ao certo qual a actividade a integrar, de forma a ter um *know how* acerca da actividade. Aqui seria importante a permanência de 1 a 2 meses numa exploração agrícola a laborar no ramo pretendido.

Numa segunda fase deverá ser muito bem analisada toda a parte dos investimentos de forma a ajustar ao máximo à realidade. Um local de acompanhamento técnico a nível de projecto e candidaturas

poderão ser uma mais-valia. Uma análise de escoamento é do mesmo modo de extrema importância. Desta forma poderá ser possível efectuarmos uma previsão de espaço no mercado, de modo a sabermos se ainda existe espaço para nós.

Jorge: Logo de início, tentar perceber como funciona o escoamento dos produtos que pretende produzir. Ir ao encontro desses canais de escoamento. Tentar entrar um bocado nesse mundo, conhecer quem poderá comprar e que condições oferecem na transação dos produtos. Isso é fundamental. Depois de saber um pouco de como se faz, então sim avançar, sempre com o apoio e pedindo que lhes forneçam indicações do que produzir, ou como produzir ou como apresentar os produtos, isso é fundamental para não andar a dar cabeçadas.

Hoje em dia, mais que tudo, a agricultura é um negócio, uma empresa. Temos que pensar de forma empresarial, tudo o que vamos fazer tem que ter lucro. Como é que o fazemos? Isso já depende da forma como cada um vive. Há que ter sempre presente que o que fazemos tem que dar lucro, gerar condições para que as coisas se mantenham. A partir daí há muito trabalho árduo, não há fins-de-semana, não há sol, ou calor demasiado ou frio demasiado, mas sim uma boa dose de amor à camisola, uma boa dose de amor à terra e muita dedicação... e claro há que ser muito persuasivo.

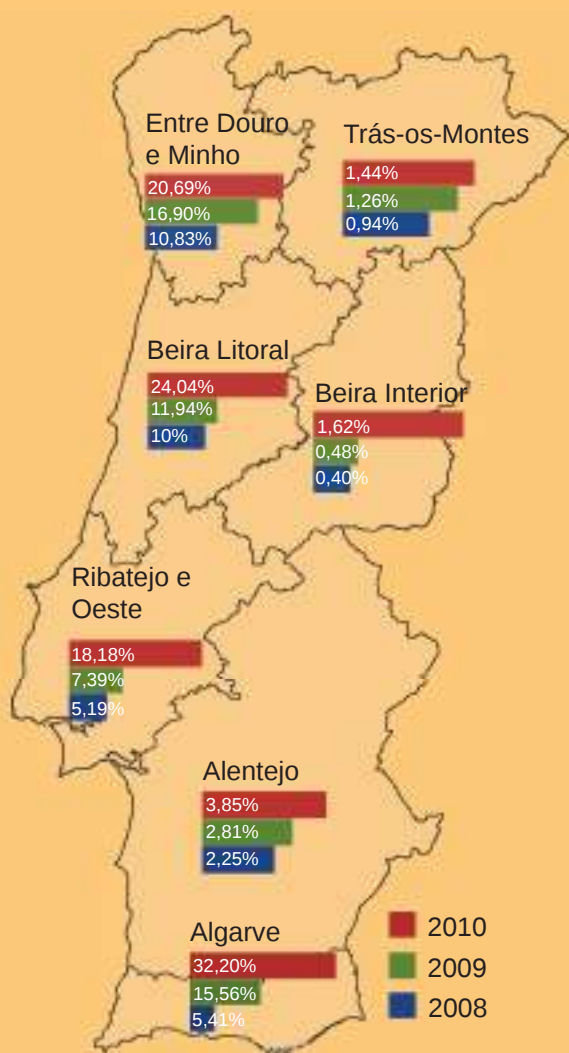


O que é a Agricultura Biológica?

É um modo de produção que visa produzir alimentos e fibras têxteis de elevada qualidade, saudáveis, ao mesmo tempo que promove práticas sustentáveis e de impacto positivo no ecossistema agrícola. Assim, através do uso adequado de métodos preventivos e culturais, tais como as rotações, os adubos verdes, a compostagem, as consociações e a instalação de sebes vivas, entre outros, fomenta a melhoria da fertilidade do solo e a biodiversidade. Ou seja, a produção biológica é a utilização do método de produção conforme com as regras estabelecidas no presente regulamento em todas as fases da produção, preparação e distribuição.

Em Agricultura Biológica, não se recorre à aplicação de pesticidas nem adubos químicos de síntese, nem ao uso de organismos geneticamente modificados. Desta forma, garante-se o direito à escolha do consumidor e é salvaguardada a saúde, ao evitar resíduos químicos nos alimentos. É, além disso, salvaguardada a saúde dos produtores, que evitam o contacto com químicos nocivos e preserva-se o ambiente da contaminação de poluentes, cuja actual carga sobre os solos e as águas é, em grande parte, da responsabilidade de sistemas intensivos de agropecuária.

Gráfico 5 - Evolução de produtores de plantas aromáticas em modo de produção biológico



Logótipo da UE para a Agricultura Biológica



Os produtos de Agricultura Biológica são reconhecidos pelo logótipo europeu de Agricultura Biológica. Actualmente é obrigatória a utilização deste novo logótipo em todos os produtos produzidos de acordo com as regras deste modo de produção, devendo também constar o Nº de OC (Organismo de Controlo e Certificação) e a indicação da origem dos produtos.

Notificação:

Para que seja considerado um operador em Agricultura Biológica, o operador tem a obrigação de efectuar a Notificação desta actividade ao Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT), nomeadamente ao Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP). Quaisquer alterações de áreas e/ou culturas que ocorram na exploração devem ser alvo de uma alteração à notificação inicial. Na prática, a Notificação tem de repor a situação da exploração.



CADERNO DE CAMPO

O caderno de campo é um documento que permite em simultâneo:

- a verificação do cumprimento dos compromissos da medida “Alteração de Modos de Produção Agrícola” do PRODER;

- o controlo para certificação da produção efectuado pelo OC (Organismo de Controlo). Este modelo substitui os cadernos de campo anteriormente em vigor no RURIS e os cadernos de campo utilizados pelos OC na sua actividade de controlo.

Os cadernos de campo devem permitir um historial da exploração ao nível de cada parcela/zona homogénea, de cada cultura e de cada lote de animais, possibilitando a comparação entre anos diferentes e um mais fácil planeamento, com base na previsão de ocorrências. Permite, por exemplo, ter informação para o futuro em aspectos como:

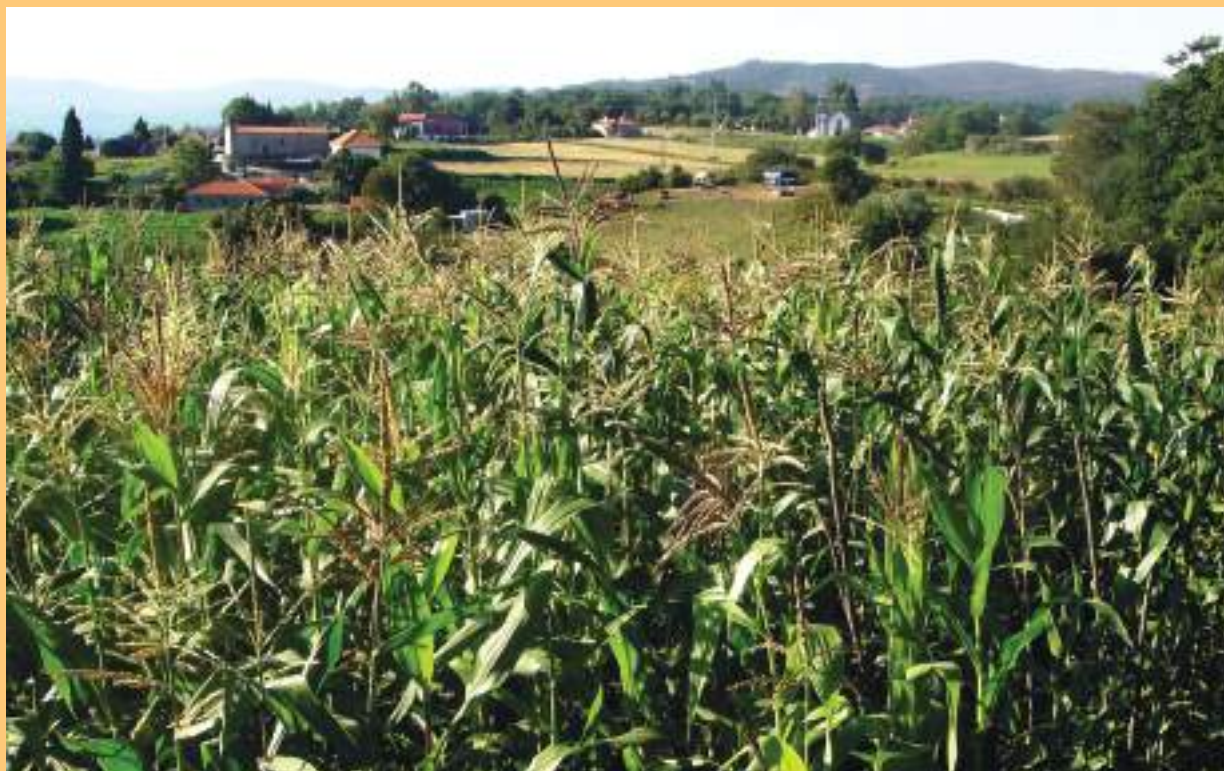
- as datas mais prováveis para os estados fenológicos das culturas;
- a quantidade de água (pelo registo dos gastos) necessária para uma determinada cultura;
- as ocorrências sanitárias e carências prováveis, facilitando o aprovisionamento em factores de produção e a calendarização de tarefas;
- as produções comercializadas no processo de rastreabilidade.

Conversão

A transição da agricultura não biológica para a agricultura biológica num determinado período de tempo durante o qual foram aplicadas as disposições relativas à produção biológica.

Organismo de controlo

A entidade terceira privada e independente que procede aos controlos e à certificação no domínio da produção biológica, de acordo com o disposto no presente regulamento, assim como, se for caso disso, o organismo correspondente de um país terceiro ou o organismo correspondente que opera num país terceiro.



Conclusão com os conselhos dos Jovens Agricultores

Ao longo deste artigo falámos de empreendedorismo, particularizámos os instrumentos financeiros de apoio à instalação dos jovens agricultores e focámos a experiência de dois jovens recém instalados que optaram por métodos de produção mais sustentáveis. Fomos eco das suas dúvidas, dificuldades e também dos seus conselhos. Porque consideramos que a instalação de jovens na agricultura para ter sucesso tem de envolver a participação activa dos vários agentes: Administração, Associações de Agricultores, Universidades e Centros de Pesquisa, aqui deixamos algumas notas e alertas a todos os que desejam instalar-se na agricultura.

Face à situação em que se encontra a Agricultura Portuguesa, este tipo de apoios torna-se cada vez mais impor-

tante para o rejuvenescimento do sector agrícola, só possível com apoios ao investimento desta natureza.

Chamamos a atenção para as recomendações que estes dois jovens salientam relativamente aos futuros jovens que se queiram instalar.

Bibliografia

PRODER: www.proder.pt

GPP: www.gpp.pt

Comissão Europeia: http://ec.europa.eu/agriculture/organic/organic-farming_pt

INE: www.ine.pt

QREN: www.qren.pt

Reg.(CE) n.º 834/2007 do Conselho de 28 de Junho, relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos.

Reg.(CE) n.º 889/2008 da Comissão de 5 de Setembro, que estabelece normas de execução do Reg.(CE) n.º 834/2007

ÓRGÃOS GESTORES DE BALDIOS DO NORTE ALERTAM PARA SITUAÇÃO DAS ÁREAS COMUNITÁRIAS

Mais de 80 Órgãos Gestores de Baldios de Trás-os-Montes, Alto Douro e Tâmega assinam proclamação

Mais de 80 Órgãos Gestores de Baldios (Juntas de Freguesia e Conselhos Directivos) de Trás-os-Montes, Alto Douro e Tâmega estiveram reunidos em Vila Real, no mês de Outubro, num encontro promovido pelo SBTMAD – Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro, com o apoio da BALADI – Federação Nacional dos Baldios.

Neste encontro, os Órgãos Gestores de Baldios, em representação das suas comunidades, assinaram uma Proclamação – entregue aos vários Órgãos de Soberania – na qual se chama a atenção para a situação actual dos terrenos Baldios da região, terrenos dos quais o Estado é co-gestor em mais de 90% da área.

Este documento pretende exigir a responsabilidade do Governo pelo actual estado de abandono destas áreas, pelo incumprimento da Lei dos Baldios, pela

gestão danosa, pela ausência de gestão que coloca em risco pessoas e bens e leva a prejuízos avultadíssimos para as comunidades, pela falta de diálogo com as comunidades e de soluções para estes espaços. O Governo não se pode eximir de tais responsabilidades, nem pode justificar a actual situação transferindo a sua responsabilidade para terceiros.

As comunidades reclamam da actual entidade co-gestora (ICNF) a assunção urgente das suas competências como gestores técnicos e a adopção de novos modelos de gestão que cumpram o estipulado na Lei dos Baldios, caso contrário, deverão entregar tais prerrogativas às comunidades locais.

O SBTMAD e a BALADI tudo farão para que o Governo não decline as suas responsabilidades, nem permaneça surdo e mudo relativamente a estas reclamações.

Conselhos Directivos de Baldios de Braga e Viana do Castelo enviam documento com propostas e reclamações aos Órgãos de Soberania

A ACEB – Associação para a Cooperação Entre Baldios promoveu, no dia 28 de Outubro, em Ponte de Lima, um encontro de Conselhos Directivos de Baldios / Juntas de Freguesia, onde foi aprovado um documento com várias propostas e reclamações relacionadas com a gestão dos Baldios nos Distritos de Viana do Castelo e Braga.

Nesse documento, enviado aos Órgãos de Soberania, as entidades gestoras dos Baldios presentes no encontro, que contou com o apoio da BALADI – Federação Nacional dos Baldios, condenam ve-

ementemente as recentes declarações de membros do Governo que expressamente visam transferir a gestão dos baldios para as Comunidades Inter-Municipais e, desta forma, “roubar” este importante património baldio aos seus legítimos donos que são os compartes.

“A reconhecida importância económica, social e ambiental dos espaços comunitários de modo algum se coaduna com a ausência de gestão activa e com a falta de investimento, situações que põem em causa a perpetuidade do espaço para as gerações vindouras”, refere o documento.

Contradições governamentais, ou talvez não!

Por Alfredo Campos

O discurso do Governo e em particular o do MAMAOT, assim como o eco que dele fazem certos “comentadores de serviço”, têm sido fartos sobre o que dizem ser as “janelas de oportunidade da agricultura”, “os empresários de sucesso”, o “retorno à terra”, a “instalação de jovens”, “a agricultura para exportação” capaz “de equilibrar a balança alimentar, em valor” quando, em grande parte, o que fazem é impulsionar e financiar o grande agro-negócio, extensivo à floresta (particularmente de eucalipto).

Ou seja, insistem numa orientação político-económica de fazer da agricultura um mero negócio, chorudo para algumas muito poucas empresas da produção agrícola e florestal super intensivas, da indústria alimentar e florestal/papel e da ditadura da grande distribuição, que lucra quando importa e quando exporta, mas ruinoso para muitos milhares de agricultores.

Para o actual poder político-económico, produzir alimentos em Portugal para alimentar

a população não é estratégico, assim como não é estratégico para a nossa independência como país, reforçar a nossa capacidade negocial numa base de soberania alimentar, sem a qual estaremos sempre à mercê de quem nos quiser vender o que comer, nas condições e preços (mesmo políticos) que nos impuserem.

Serão contradições de orientações mal estruturadas, ou estamos perante uma estratégia claramente definida, encoberta por uma barragem de propaganda demagógica?

Também “não bate a bota com a perdigota” quando falam da importância da agricultura e da sua modernização e cortam na formação dos agricultores.

O MAMAOT, através do PRODER, apenas financia(va) formação, a poucos, quando a restringe a jovens agricultores em instalação, ignorando o interesse de muitos agricultores em melhorar a sua qualificação e os seus ren-

dimentos e a necessidade de certificação dos milhares de agricultores, no activo, que para continuarem a sua actividade têm que ter certificações e que recorrendo à formação financiada no POPH, acabam por ter de pagar ao MAMAOT as homologações e certificações de formações já de si homologadas e certificadas porque inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações. Como se costuma dizer: com amigos destes, não precisamos de inimigos.

No âmbito mais geral, a CNA, desde 2001, quando teve acesso a Formação Integrada, no AGRO e agora através do POPH, viu o financiamento reduzido a metade e as suas candidaturas a EFA's cortadas a 100% por “falta de dotação financeira”, apesar da boa

classificação das candidaturas, o que evidencia o empenho dos sucessivos governos (ou falta dele) na qualificação, modernização e desenvolvimento da nossa agricultura e na melhoria dos rendimentos dos Agricultores.

Por outro lado, todas as entidades são metidas no mesmo saco, com a mesma regulamen-

tação, sejam o próprio Estado e empresas privadas com formação para os seus activos, na expectativa de maiores ganhos; sejam empresas de formação que fazem a formação que mais lhes interessa e onde mais lhes interessa; sejam entidades sem fins lucrativos como é, entre outras, o caso da CNA, que faz formação onde ela é mais necessária, onde estão os agricultores, mesmo na aldeia mais longínqua, porque o que interessa, antes de mais, é procurar possibilitar que os agricultores possam viver condignamente do seu trabalho, da produção de alimentos, nas terras que herdaram e nas que foram comprando e arrendando para redimensionamento das suas explorações, mantendo a ocupação do território, preservando os eco-sistemas, sem terem que ser forçados a mudar de actividade e o governo vir falar de terras “abandonadas”.

Os agricultores é que, há muito, foram abandonados pelos sucessivos governos!





CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

NOTÍCIAS

2013 - Formações Modulares Certificadas - POPH Entidades Formadoras Regionais

Para beneficiar da Formação Profissional promovida pela CNA, dirija-se à entidade formadora da sua Região

ACEB – ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE BALDIOS
Rua Manuel Fiúza Júnior, n.º 129, 1º

4900-458 VIANA DO CASTELO
e-mail: acebviana@gmail.pt

INTERALTO-MINHO – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
Estrada de Melgaço, Ed. Costa Verde 1º - Loja 46 | TEL: 251 654 736

4950-458 VIANA DO CASTELO
e-mail: interaltominho@mail.pt

ADADB – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS AGRICULTORES DO DISTRITO DE BRAGA
Rua José Afonso, n.º 192-A | TEL: 253 614 064 FAX: 253 279 035

4700-392 BRAGA
e-mail: adadb@sapo.pt

ADEFM – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DA FLORESTA DO MINHO
Rua José Afonso, n.º 192 | TEL: 253 619 698 FAX: 253 213 809

4700-392 BRAGA
e-mail: adefm@sapo.pt

APLC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PRODUTORES DE LEITE E CARNE
Rua Fernando Magalhães, n.º 47 r/c | TEL: 253 618 817 FAX: 253 618 817

4750-290 BARCELOS
e-mail: apl@iol.pt

APA – ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO PORTO
Av. Vimara Peres, n.º 46-1º Sala 10 | TEL: 222 081 590 FAX: 222 081 590

4000-544 PORTO
e-mail: portoapa@gmail.pt

FAGRORURAL – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES AGRO-FLORESTAIS TRANSMONTANAS
Rua Marechal Teixeira Rebelo, Prédio dos Quinchosos, Lote T | TEL: 259 348 151 FAX: 259 348 153

5000-525 VILA REAL
e-mail: cnavreal@sapo.pt

SBTMAD – SECRETARIADO DOS BALDIOS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
Rua Marechal Teixeira Rebelo, Prédio dos Quinchosos, Lote T | TEL: 259 348 151 FAX: 259 348 153

5000-525 VILA REAL
e-mail: sec.baldios@gmail.com

APT – ASSOCIAÇÃO DOS PASTORES TRANSMONTANOS
Rua Padre Adolfo Magalhães, n.º 3 - 1º Dtº | TEL: 276 348 286

5400-571 CHAVES
e-mail: cnavreal@sapo.pt

AVIDOURO – ASSOCIAÇÃO DOS VITIVINICULTORES INDEPENDENTES DO DOURO
Av. de Ovar - Ed. Santa Rita I - Sala 6 | TEL: 254 318 485

5050-223 PESO DA RÉGUA
e-mail: douroavidouro@gmail.com

ADAB – ASSOCIAÇÃO DISTRITAL DOS AGRICULTORES DE BRAGANÇA
Praça do Mercado, Loja 5 - 1º Andar | TEL: 278 263 066 FAX: 278 263 066

5370-287 MIRANDELA
e-mail: adab.cna@hotmail.com

AAV – ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE VALPAÇOS
Rua Cidade Bettembourg, Ed. Calheiras, r/c | TEL: 278 729 328 FAX: 278 729 329

5430-426 VALPAÇOS
e-mail: aavalpacos@iol.pt

ADARAD – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E RURAL DAS ARRIBAS DO DOURO
Av. Nossa Sra. do Caminho, n.º 86 - 1º Andar | TEL: 279 343 082 FAX: 279 343 082

5200-207 MOGADOURO
e-mail: arribasdouro@sapo.pt

BALFLORA – SECRETARIADO DOS BALDIOS DO DISTRITO DE VISEU
Av. da Bélgica, n.º 57 - 1º | TEL: 232 414 812 FAX: 232 418 487

3510-159 VISEU
e-mail: balflorabaldios@gmail.com

ADRL – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LAFÕES
Largo Conde Ferreira, Ed. Conde Ferreira, Apartado 3 | TEL: 232 772 491 FAX: 232 772 041

3670-247 VOUZELA
e-mail: adrlafoes@gmail.com

ADAG – ASSOCIAÇÃO DISTRITAL DOS AGRICULTORES DA GUARDA
Centro Comercial S. Francisco, Loja 33 | TEL: 271 212 604 FAX: 271 212 604

6300-754 GUARDA
e-mail: agricultores.guarda@gmail.com

CÔAFLOR – ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DO ALTO CÔA
Av. João Pereira | TEL: 271 227 890

6320-314 SABUGAL
e-mail: form.coaflor@sapo.pt

ADACB – ASSOCIAÇÃO DISTRITAL DOS AGRICULTORES DE CASTELO BRANCO
Rua Haapsalu - Ed. dos Beneficiários do Regadio da Cova da Beira, 1º Andar, Ala 1 | TEL: 275 753 467 FAX: 275 753 467

6230-219 FUNDÃO
e-mail: adacb_adacb@hotmail.com

ALDA – ASSOCIAÇÃO DA LAVOURA DO DISTRITO DE AVEIRO
Av. Dr. Lourenço Peixinho, n.º 358 - 2º Esq. | TEL: 234 081 893 FAX: 234 423 939

3800-163 AVEIRO
e-mail: alda.aveiro@gmail.com

APOR – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ORIZICULTORES
Praceta Manuel Costa Briso, n.º 5 - r/c Lj. Esq. - Alto da Relvinha | TEL: 239 712 389

3025-028 COIMBRA
e-mail: dfpapor@gmail.com

FADL – FEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DO DISTRITO DE LEIRIA
Rua Vale de Lobos, n.º 94 - Bloco 2, r/c dto. | TEL: 244 815 265 FAX: 244 837 897

2410-078 LEIRIA
e-mail: fadleiria@iol.pt

APPT – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PRODUTORES DE TOMATE
Rua Brigadeiro Lino Dias Valente, Lote B, r/c | TEL: 243 370 816 FAX: 243 370 524

2005-172 SANTARÉM

TRILHO – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
Travessa do Megué, n.º 4 - 2º Esq. | TEL: 266 701 210 FAX: 266 706 199

7000-631 ÉVORA
e-mail: trilho@mail.telepac.pt

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA-CNA

RUA DO BRASIL, 155 | 3030-175 COIMBRA

E-MAIL: fp.poph@cna.pt



Reforma da PAC - Pagamentos Directos

O Governo Português iniciou no passado mês de Novembro a discussão com as Organizações Agrícolas sobre a implementação, em Portugal, da reforma da Política Agrícola Comum (PAC). De seguida apresenta-se uma síntese das posições da CNA sobre os principais pontos em discussão.

A tomada de decisão, no que concerne às opções nacionais, fica grandemente prejudicada pelas condicionantes financeiras que ainda não são conhecidas. No entanto, e dados os impactos estimados ao nível do rendimento dos agricultores beneficiários das ajudas directas motivados pelos diferentes cenários, é um exercício que deve ser feito. Ao nível dos princípios a CNA defende como factores chave para uma PAC a produção de alimentos sãos, respeitadores do ambiente, em quantidade e a preços remuneradores para todos os agricultores da União Europeia. Assim:

1. **Convergência interna:** Não se pode desligar a convergência interna da convergência externa. A posição do Parlamento Europeu é mais vantajosa, no entanto continua a ser insuficiente, já que não concretiza o objectivo de um agricultor francês ou dinamarquês receber o mesmo por ha que um agricultor português. Assim, em primeiro plano, o Governo Português deverá defender uma verdadeira convergência entre Estados-Membros. A convergência interna aplicada linearmente, pagar o mesmo valor por ha em todo o País, como o bolo total atribuído a Portugal pouco aumenta, é muito prejudicial para alguns sectores, nomeadamente no leite, tomate e arroz, em que em certas situações o valor das ajudas pode decrescer em mais de 50%. No entanto, como os pagamentos são desligados nada nos garante que mesmo aplicando mecanismos que reduzam essas perdas a produção se mantenha. Assim, a CNA defende que a redução de perdas seja feita pelo religamento das ajudas às produções. Ou seja, as majorações que os produtores possam vir a receber de forma a atenuar as perdas de ajuda devem ser feitas através de pagamentos associados.

2. **Novos beneficiários e superfícies elegíveis:** As limitações a impor não deverão ser na entrada de novos agricultores mas sim nos

montantes a receber tanto pelos agricultores no sistema como pelos novos agricultores. É necessária uma modulação e plafonamento de todas as ajudas, a partir de patamares mais baixos. A CNA já propôs que a modulação se fizesse a partir dos 20 000 euros e que fosse estabelecido um *plafond* máximo por beneficiário de 150 000 euros. Assim, através da libertação destes valores, limitar-se-ia a redução nas ajudas existentes provocada pela entrada de novos agricultores.

3. **Pagamentos Ligados:** Os recentes relatórios da OCDE e FAO apontam para uma necessidade de aumentar em 60% a produção mundial de alimentos. Para além disso, e hoje mais do que nunca, Portugal precisa de produzir e de aumentar a sua produção agrícola. Estes argumentos são o bastante para que Portugal e a Europa incentivem os seus agricultores a produzir e esse incentivo passa também por atribuir ajudas a quem realmente produz. Nesta matéria a primeira prioridade de Portugal será a de conseguir junto da União Europeia um volume financeiro para pagamentos ligados que defenda os interesses do País. O caminho que a PAC deverá seguir deverá ser o do religamento das ajudas e não o da continuidade do desligamento.

4. **Agricultor Activo:** Por princípio, agricultor activo é o que produz. Concordamos com a existência de uma lista negativa. Como operações mínimas – os agricultores só devem receber ajudas se demonstrarem evidências da cultura nas parcelas ou, no caso das explorações pecuárias, a detenção de animais ao nível da Base de Dados (SNIRA).

5. **Regime dos pequenos Agricultores:** A CNA defende que a criação deste regime sirva para valorizar a pequena agricultura. Assim deverá ser garantido ao pequeno agricultor uma ajuda mínima de 1000€

6. **Área mínima da exploração para acesso às ajudas:** A CNA opõe-se à diminuição da área mínima para os agricultores já existentes. No máximo poderemos não nos opor ao aumento da área mínima para 0,5 ha para os novos agricultores a aderirem ao sistema, desde que no segundo pilar a área mínima para acesso às MZD's seja reduzida de 1 ha para 0,5ha.

MESA REDONDA "PAC EM PORTUGUÊS"

5 DEZEMBRO 2012 | BRUXELAS

Representação Permanente da CNA em Bruxelas realiza debate sobre a Reforma da PAC pós 2013

A Confederação Nacional da Agricultura realizou no passado dia 5 de Dezembro, em Bruxelas, uma “Mesa Redonda” denominada de “PAC em Português”.

Numa altura crucial para o futuro da PAC pós 2013, tendo até em conta a recente reunião do Conselho Europeu para discutir o Quadro Financeiro Plurianual e a aproximação das votações na COMAGRI e no Plenário do Parlamento Europeu (PE) do posicionamento desta instituição em face das propostas da Comissão Europeia, a CNA considerou ser este um momento oportuno para o debate e para uma avaliação dos impactos da reforma numa perspectiva nacional.

O objectivo desta iniciativa foi o de realizar um debate informal onde fosse possível trocar pontos de vista e informações com o enfoque em quatro aspectos essenciais: 1º Definição do posicionamento do PE em face das propostas da Comissão; 2º Debate em torno do Quadro Financeiro Plurianual; 3º Debate ao nível do Conselho Europeu; 4º A apreciação de alguns estudos do MAMAOT que avaliam o impacto, das propostas em discussão, na agricultura nacional.

Neste contexto, destacar a participação nesta Mesa Redonda do Dr. Gonçalo Simões da REPER – Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em representação do Sr. Secretário de Estado da Agricultura, que deu conta das negociações no Conselho ao nível da reforma propriamente dita e também ao nível do Quadro Financeiro

Plurianual, nomeadamente no que respeita aos posicionamentos do Governo Português em relação às diferentes matérias.

Destacar por outro lado as intervenções do Eurodeputado do PCP, João Ferreira, que referiu as diferentes propostas do PCP em matéria de alteração aos Relatórios de posicionamento do PE, e da Eurodeputada Patrão Neves, do PSD, que deu conta das negociações ao nível da COMAGRI – Comissão de Agricultura do PE da qual é membro.

Por fim, salientar ainda a participação de Isabel Vilalba, na qualidade de representante da Coordenadora Europeia Via Campesina, que transmitiu o posicionamento da Coordenadora sobre as matérias em questão.

Pela CNA participaram neste debate João Dinis, João Filipe Batista, Pedro Santos e José Miguel Gonçalves. João Dinis e Pedro Santos manifestaram as principais preocupações da CNA a este nível, nomeadamente com a perspectiva de novas quebras no rendimento dos produtores em consequência de mais liberalização da produção e dos mercados, com a ameaça de redução de fundos comunitários para Portugal (20% no 1º pilar e 27,6% no 2º pilar, segundo o representante da REPER) e com as opções do Governo Português na aplicação da reforma a Portugal que na perspectiva da CNA não vão no sentido de salvaguardar a pequena agricultura e a agricultura familiar Portuguesa.

CUIDADO COM AS RAÇÕES !

Portugal está invadido por rações com milho e soja geneticamente modificados. Quase não se conseguem encontrar rações normais para a alimentação dos animais. Que perigos há? Como evitar rações com transgénicos?

O que são os transgénicos?

Em número anterior da *Voz da Terra* vimos que os transgénicos, ou organismos geneticamente modificados (OGM), são uma espécie de enxerto feito em laboratório no gene de uma planta (o milho ou a soja, por exemplo) em que o “garfo” não é de outra planta mas sim de uma bactéria, vírus ou animal (ou uma mistura deles). Vimos que na Natureza este enxerto nunca pegaria. Por isso, as incompatibilidades podem conduzir a numerosos perigos para a saúde humana, para a saúde animal e para o ambiente.

Que mal têm as rações com OGM?

As empresas que vendem transgénicos dizem que são seguros. Claro! Mas ninguém consegue ser juiz em causa própria. Por isso, são muito importantes os estudos científicos independentes, que têm dado sinais claros de que os transgénicos não são seguros para pessoas e animais. Os consumidores europeus têm razão em não querer transgénicos.

À medida que as provas se vão acumulando, tanto no laboratório como no campo, os governos ver-se-ão forçados a proibir os transgénicos, tal como já fizeram com muitos pesticidas (quem se lembra do DDT?).

Já surgiram casos de danos na pecuária?

Sim. Alguns produtores denunciaram já vários casos, nomeadamente de quebra acentuada da fertilidade em suínos, de diminuição da taxa de crescimento e de morte acrescida, de aumento da taxa de refugo por doença, e de diminuição da

produção de leite em vacas. Todos estes casos tinham em comum o facto de os ingredientes transgénicos constituírem a quase totalidade do alimento fornecido aos animais.

Lembramos também a doença das vacas loucas, quando se verificou que a alimentação dos animais pode ter consequências mortais até para os seres humanos. Tudo começou no facilitismo com que se tratou a segurança alimentar pecuária. O resultado foi um enorme escândalo a nível político, económico e social. Queremos contribuir para outras doenças animais, com consequências inimagináveis?

O que fazer?

Há países inteiros (Noruega, Finlândia, Áustria, etc) que não importam qualquer ração transgénica e, se quisermos, em Portugal pode fazer-se o mesmo.

Enquanto não são publicados dados científicos sobre todos os transgénicos que consigam demonstrar a sua segurança, **não semeie milho transgénico nem dê aos seus animais rações geneticamente modificadas**. Se não tiver da sua produção, exija aos seus fornecedores milho e rações sem transgénicos. **A sua saúde e a saúde dos consumidores dos seus produtos também está nas suas mãos.**

Nota Final

Pode escrever para Plataforma Transgénicos Fora, Apartado 5052 – 4018-001 Porto, ou para o email info@stopogm.net, que nós respondemos. Se tiver acesso à internet, pode obter muito mais informações no site da Plataforma Transgénicos Fora, em www.stopogm.net.

2012

Ano
Internacional das

Cooperativas



PROGRAMA

12 de janeiro	Lançamento do AIC-2012
29 de fevereiro	Seminário "As Cooperativas e a Economia Social" – SPA - Sociedade Portuguesa de Autores
9 e 10 de março	Colóquio "Horizontes da Economia Social" "Experiências Cooperativas Vivas"
24 de março	Encontro Cooperativo – Feira de Braga
23 – 27 abril	Semana Cooperativa nas Instituições Comunitárias
28 de abril	Encontro Cooperativo – Feira de Beja
04 de maio	Seminário "Emprego Jovem e o Papel das Cooperativas" – Universidade Lusófona, Lisboa (Apresentação das principais conclusões do relatório sobre emprego jovem da OIT)
11 de maio	Encontro Ibérico de Economia Social – Empreendedorismo, Empresa Social e Cooperativismo – Porto
19 de maio	Seminário Internacional – "Crédito Cooperativo" – Albufeira
6 de junho	Encontro Cooperativo – Feira de Santarém
22 e 23 de junho	CooperAção – Mostra de Identidade Cooperativa
07 de julho	Celebração do Dia Internacional das Cooperativas (Cerimónia na Assembleia da República)
27 de julho	70º Aniversário da Mútua dos Pescadores
14 de setembro	Cooperativas de Interesse Público (Régies Cooperativas) – Que Futuro? Auditório da Comoiprel - Cipri (Pavilhão de Exposição e Feiras de Moura), Moura – Baixo Alentejo
15 de setembro	Encontro Nacional das Cooperativas Culturais – Palmela
24 de setembro	Conferência "Os Números do Cooperativismo e da Economia Social em Portugal" (Resultados preliminares da Conta Satélite da Economia Social)
19 e 20 de outubro	Convenção Nacional das Cooperativas
25 e 26 de outubro	10º Encontro da OCPLP – Organização Cooperativista dos Povos de Língua Portuguesa
30 de outubro – 02 de novembro	Congresso Cooperativo Mundial – Manchester
6 e 7 de dezembro	Congresso da CONFAGRI